

## FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS COMUNAS ITALIANAS MEDIEVAIS\*

André Luis Pereira Miatello\*\*

**Resumo:** Este artigo traz uma apreciação comparativa de historiadores anglofonos e italianos que discutem as formas e possibilidades de participação política nas comunas italianas medievais. Percebem-se, na historiografia recente, duas fortes tendências: a primeira ressalta o papel do *popolo* e das corporações de ofício no incremento dos mecanismos políticos nas cidades-repúblicas, e a segunda interpreta o republicanismo italiano em chaves eminentemente antigas e romanas, em prejuízo de hodiernas manifestações de práticas políticas menos ligadas à tradição romana.

**Palavras-chave:** comunas italianas; História Medieval; política; participação; republicanismo.

### FORMS OF POLITICAL PARTICIPATION IN MEDIEVAL ITALIAN COMMUNES

**Abstract:** This paper brings a comparative appreciation of English and Italian-speaking historians who discuss the forms and possibilities of political participation in Medieval Italian communes. Recent historiography has shown two strong tendencies: the first emphasizes the role of the *popolo* and guilds in increasing the political mechanisms in republican cities and the second interprets Italian republicanism eminently in ancient and Roman keys underestimating contemporary manifestations of political practices less closely related to Roman tradition.

**Keywords:** italian communes; Medieval History; politics; participation; republicanism.

---

\* Recebido em: 18/07/2018 e aprovado em: 09/09/2018

\*\* Professor de História Medieval do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Quando se trata de comparar as formas do político da Idade Média ocidental com as formas antigas ou modernas, as comunas italianas costumam ser aclamadas como exemplos bem-sucedidos de experiência política baseada no voto, na deliberação coletiva, na abertura para o engajamento partidário, na delimitação dos mandatos administrativos, na sindicância civil dos atos governamentais, na atividade pública de um espectro populacional não condicionado pelo nascimento aristocrático e com tendências populares. Diversas comunas puseram em prática procedimentos de deliberação coletiva tão sofisticados e ampliados que hoje nos deixam surpresos (GILLI, 2010); seja para definir o sistema eleitoral ou selecionar o pessoal administrativo ou auditar as contas públicas, para todos e cada um desses momentos da vida comunal, havia amplos debates e ardorosas defesas de pautas específicas, de modo que, toda vez que a comuna passava por uma crise política, os métodos de governo eram revisados e os estatutos cívicos, reformados quase completamente. Nessas ocasiões, as *riformanze* podiam ampliar ou limitar o acesso à participação política a este ou aquele grupo social.

Neste texto, almejo avaliar a pertinência de tais ideias a partir do atual debate historiográfico sobre as comunas italianas. A fim de preparar o leitor para as discussões que se seguem, cujo vocabulário pode soar demasiado incomum, gostaria de iniciar pela interpretação de um testemunho visual de alto valor histórico que marca, em Verona, a fundação do governo comunal; refiro-me ao pórtico central da Basílica de San Zeno,<sup>1</sup> datado de c. 1135 e obra do afamado *magister* Nicholaus. Sob esse pórtico, encontra-se um tímpano que exibe o alto relevo de São Zeno, patrono da cidade, ladeado, à sua esquerda, pela milícia aristocrática [*milites*] e, à sua direita, pela infantaria, isto é, o grupamento dos cidadãos não aristocratas [*pedites*]. Há uma inscrição que percorre o arco superior e que serve como legenda para a cena escultórica: “*Dat presul signum populo munimine dignum / Vexillum Zeno largitur corde sereno*” [“O bispo dá ao povo o ilustre símbolo de proteção/Zeno entrega o estandarte com o coração alegre”]. Ao combinarmos imagem e texto, entendemos que o *populus* são os *pedites* e que, agora, o poder de guardar a cidade (*muniminen*), presentificado no estandarte (*vexillum*), cabe ao povo, ou seja, aos não aristocratas, sinal claro de que o governo nobiliárquico-cavaleiresco cedia o poder para um governo de base popular, sob as bênçãos do santo patrono, que, no limite, personificava senão a vontade do corpo cívico inteiro, ao menos daquela parte que agora assumia o poder.

É certo que o programa imagético veronês, acima de tudo, descreve uma experiência política local e singular, e seria muito difícil e arriscado, a partir dela, deduzir toda uma constelação de situações particulares que os observadores estrangeiros, desde o século XII, costumaram fundir numa visão unitária que tornava a península itálica uma terra de cidades governadas por artesãos, comerciantes e gente de baixa extração social (COLEMAN, 2004, p. 34; MAIRE VIGUEUR, 2004, p. 7). No entanto, o tímpano de San Zeno, voltado para a praça, expõe ao público o aparecimento, em Verona, de uma nova ordem política que, aqui e alhures, foi recebendo diversos nomes – *communio*, *communitas*, *communanza*, *republicca*, *commune*. Tais títulos não impediram que o vocábulo tradicional, *civitas*, seguisse em curso; porém, *commune/republicca* receberam um sentido social tão forte, entre 1150-1350, que não raro incorporaram e suplantaram aquele de *civitas*. Tamanha riqueza terminológica encerra duas persistentes ideias: a pluralidade dos meios de participação política e o bem comum como fundamento da ação pública, as quais serão, aqui, tomadas em estudo à luz do debate historiográfico que se segue.

## **1. A participação política: republicanismo atávico ou “medieval”**

Ao caleidoscópio das singulares experiências comunais medievais corresponde, desde o século XIX, uma vasta historiografia sobre a qual, neste momento, seria impossível fazer uma síntese. O recorte que apresento, portanto, é bastante arbitrário e, apesar da notoriedade dos autores abordados, não pode ser visto como representativo dos problemas a serem discutidos neste texto. Começo pelo artigo de Frederic C. Lane, de 1966, que, ao meu ver, condensa duas ideias de larga repercussão historiográfica (a favor ou contra): a) que as cidades-estado italianas, ao adotarem o republicanismo, estavam imitando a antiguidade clássica (LANE, 1966, p. 404); b) que o governo das comunas criou as condições para que a participação política, em sua forma democrática, fosse experimentada antes das revoluções americana e francesa (LANE, 1966, p. 406).<sup>2</sup>

Ao sustentar que o “republicanismo não era um produto de classe”, Lane nega que o capitalismo mercantil (ou a classe “capitalista”) tenha sido o responsável pela mudança política que distanciou as comunas das monarquias feudais. Se, de fato, o desenvolvimento comercial potencia-

lizou as condições para o surgimento de um novo regime, ele não o fez pela oposição entre a antiga classe proprietária de terras e as novas classes mercantil e artesanal, pois todas elas estavam engajadas no intercâmbio comercial e, depois, na aquisição de terras. Além do mais, como constata, foi a antiga classe terratenente que deu os primeiros passos na direção da república, quando declarou-se livre de poderes senhoriais e principescos, exteriores às cidades, e adotou formas colegiais de decisão e execução dos assuntos políticos, inaugurando a primeira fase do regime, com o consulado aristocrático do século XII.

Lane ainda defende que a ascensão dos poderes não aristocráticos (*populus* ou *popolo*) teria sido gradual e lenta, arrastando-se, a depender de cada cidade, por todo o século XIII; no entanto, essa ascensão aconteceu sem sérios confrontos com as antigas elites, pois, como dito, estas investiam no comércio tanto quanto os ricos comerciantes arrivistas investiam em terras, o que facilitou não uma mistura de classes, mas a transformação da classe dirigente. O caminho para que o *popolo* pudesse participar do poder e do governo foi o associacionismo profissional e devocional (as guildas/corporações de ofício), que, coletivamente, dava suporte aos interesses individuais, conseguia pressionar as elites e servia de primeira escola de deliberação comunitária, reproduzindo em âmbito estrito o que depois seria feito em âmbito comunal. Portanto, essas associações de interesse privado foram o instrumento para que mais homens conseguissem participar do jogo político em cidades como Veneza e Florença (LANE, 1966, p. 408).

No final da década de 1970, as ideias que Lane sumariou, mas não inventou, foram frontalmente contestadas. Dale Kent (1978), para a língua inglesa, e Sergio Bertelli (1978), para a italiana, propuseram o que John Najemy chama de “percepção de continuidade do poder da elite” (NAJEMY, 1991, p. 269), segundo a qual a participação política nas comunas, sobretudo em Florença, caso analisado por ambos os autores, era restrita à elite nobiliárquica, ou seja, a um número limitado de famílias, de modo a estar fora de qualquer questão supor que a comuna florentina tenha experimentado algo parecido com uma democracia. Para Bertelli, citado por Najemy, o *popolo* não era uma classe, mas, antes, um partido constituído por aqueles membros da elite que, por um motivo ou outro, viam-se impedidos de atuar na política e, por isso, pressionavam pelo direito de atuação (NAJEMY, 1991, p. 271).

Em anos mais recentes, essas discussões ganharam novos argumentos, mesmo que nem sempre tenham sido seriamente confrontadas. Philip Jones, em seu *The Italian City-State: From Commune to Signoria* (1997), deu seqüência ao ímpeto de Kent e Bertelli: o republicanismo italiano foi apenas “um prolongado parêntesis no progresso da monarquia europeia”, “um episódio”, “uma excentricidade”, “algo estranho à Itália medieval”, onde mais predominaram os reinos e principados e menos, as repúblicas (JONES, 1997, p. 1). A justificativa sugerida por Jones parece-me combinada ao juízo global que constrói sobre a passagem da Antiguidade para a Idade Média, no capítulo primeiro, justamente intitulado “Renascimentos e Revoluções: a Europa e a Itália entre a Antiguidade e a Idade Média”, em que argumenta que as cidades romanas, antes sedes políticas que exerciam poder na cidade e no campo, foram substituídas por um sistema urbano em que o peso político da *civitas* foi alterado para um simples peso econômico exercido desde a cidade, distanciada das comunidades campesinas.

Ao lado de um patriciado urbano, ainda de origem antiga, teriam sido formados grupos de comerciantes e burgueses (*bourgeois*) que, mediante corporações, deram um novo rosto à cidade italiana, tornando-a uma cidade medieval (JONES, 1997, p. 54), isto é, um lugar em que a cultura cívica, mantida pelo patriciado, via-se acompanhada de uma cultura mercantil, sustentada por burgueses. O interessante é que esta “dupla identidade” da cidade italiana – civil e mercantil – subsistiu mesmo após a fundação das comunas, pois ambos os grupos dominantes se mantiveram equilibrados dentro do sistema. Nesse sentido, Jones não contradiz inteiramente o arazoado de Lane, pois tanto lá quanto aqui, “o mito da burguesia” é desmontado a fim de mostrar que as comunas não nasceram de uma revolução de classe, mas de transformações havidas no centro do *ethos* aristocrático.

Ainda no âmbito da historiografia anglofônica, a síntese de John Najemy, *A History of Florence, 1200-1575* (2006), serve de contraponto a essas discussões. Na introdução do livro, o autor reconhece que o *popolo*, através das corporações, resgatou noções antigas de cidadania e de bem comum e desafiou a cultura da elite, sem, no entanto, substituí-la. Em seu texto, Najemy constrói algumas oposições fundamentais: a) entre a elite aristocrática (*magnati*) e os ricos não aristocratas (o *popolo*); b) entre as corporações – que definiam a participação política do *popolo* – e as famílias aristocráticas proprietárias de terras; c) entre as noções de cidadania e bem comum – absorvidas da Roma antiga – e os valores cavaleirescos. A rivalidade entre as classes

e a afirmação identitária do *popolo*, através das corporações de ofício, foram condições para que as referências antigas do republicanismo romano fossem retomadas com o fito de distinguir o cidadão do cavaleiro.

Pelo que se vê até aqui, parece que todo o problema da participação política nas cidades comunais vê-se condicionado pelo peso histórico que cada autor confere à aristocracia e ao *popolo* e, por extensão, às corporações de ofício, mecanismo associacionista imprescindível para a afirmação dos não aristocratas. O republicanismo surge como bandeira de um grupo contra o outro ou, ainda, como expressão global de um novo tipo de política para as cidades contra os poderes externos.

Em língua italiana, encontramos dois contrapontos necessários com os quais espero encerrar esta seção. Refiro-me aos textos de Giuliano Milani e Enrico Artifoni que tentam responder se as comunas italianas podem ter experimentado algum tipo de democracia. Para Milani, a resposta é afirmativa, mas isso depende do período a que nos referimos (se ao período consular ou ao dos *podestà* ou ao popular) e depende também do critério que se empregue para definir “democracia”. Por isso, ele traça um quadro comparativo entre o período da comuna consular (século XII) e o período da comuna popular (segunda metade do século XIII), distinguindo os regimes de acordo com o número dos que governam (se poucos ou muitos), com as classes sociais que podem aceder ao poder político (se aristocrático ou popular) e com o modo de governar (se autocrática ou comunitariamente). Por tais critérios, o autor entende o Consulado como uma primeira experiência de participação política mais ampla, ultrapassando o que conhecemos por autocracia, porém, ainda muito próximo de uma oligarquia ou regime aristocrático, porque todos os cargos públicos e os postos de deliberação assembleiária estavam restritos aos membros da milícia urbana (aristocracia), que se alargou muito, mas não a ponto de dar participação aos cidadãos não aristocratas (MILANI, 2006, p. 41).

Segundo Milani, o gradativo aperfeiçoamento do regime consular, desde o início do século XIII (época dos *podestà*), resultou numa progressiva assimilação de novos postos de trabalho político que necessitavam de novos agentes, cujo número já não podia ser satisfeito pelos membros da milícia. Essa situação, em si pacífica, facultou a abertura de postos governamentais para os membros das corporações, o que significou a ascensão do *popolo* (MILANI, 2006, p. 42) e a prática política plural, já que não mais ou não inteiramente aristocrática.

Entendo que a maneira com que Milani descreve a passagem de um regime a outro evitando enxergar os embates de classe (se é que houve) decorra de sua interpretação do que seja a milícia e o *popolo* frente ao que significa participação política e democracia. A não oposição belicosa entre um e outro deriva, sobretudo, da motivação primeira com que propôs o texto, isto é, a comemoração da publicação, em língua italiana, da obra de Jean-Claude Maire Vigueur, *Cavalieri e Cittadini, guerra, conflitti e società nell'Italia Comunale* (2004). Nessa obra, Vigueur lembra bem o quanto o período consular (ou cavaleiresco) das comunas comportou sólidas experiências de política aberta, com participação flexível, uma vez que a cavalaria urbana sempre se mostrou maleável, absorvendo novos elementos não aristocráticos o tempo todo. Desse modo é que o autor francês fala em “cavaleiros e cidadãos” enquanto dimensões interdependentes e não excludentes. Nesse caso, opor *milites* a *pedites* ou aristocratas a populares seria, no mínimo, um contrassenso.

Enrico Artifoni segue a mesma tendência, talvez com maior ênfase. Sucede que seu texto não retrocede ao período consular, investigando apenas a época dos *podestà* e os regimes do *popolo*. O cerne de sua argumentação prende-se ao que ele chama de “revolução da palavra”, que comportou “uma explosão de escritura e de oralidade que continha também um núcleo de educação à vida civil” (ARTIFONI, 2006, p. 23). Sem negar a progressiva especialização e o crescimento da administração pública, já notada por Giuliano Milani, Artifoni ressalta a necessária adaptação técnica e tecnológica que as comunas do século XIII tiveram de enfrentar: uma política pragmática que passou a depender cada vez mais dos discursos de assembleia e da palavra escrita e, portanto, dos seus especialistas, oradores e notários. A entrada em cena de tais especialistas, exemplificada em Brunetto Latini (c. 1220-1294), trouxe aos regimes de *podestà* e de *popolo* a novidade de um patrimônio político antigo, as obras greco-romanas.

Mais ou menos como em John Najemy, as bases antigas do republicanismo medieval, para Artifoni, foram assentadas pelos homens da escrita e da retórica, isto é, por profissionais formados nas *artes* do bem falar e do bem reger. A diferença entre ambos os autores reside no valor epistemológico que Artifoni enxerga nessa volta aos antigos. Para ele, o patrimônio literário da política greco-romana, ou sobretudo romana, foi um instrumento por meio do qual os homens de poder das comunas discutiram a **sua** política e construíram o **seu** método de gestão da coisa pública, e isso supera,

de longe, a perspectiva de um resgate dos antigos ou um preciosismo do passado ou um meio de promoção social; com isso, Artifoni mantém longo distanciamento das propostas de Frederic Lane, sem, no entanto, sustentar o ceticismo de Philip Jones com relação ao republicanismo italiano. Em outros termos, as comunas italianas gestaram a sua argumentação política bem mais do que copiaram a dos antigos (ARTIFONI, 2006, p. 30). Por isso, também para ele, as comunas experimentaram aspectos importantes da democracia antiga e contribuíram para o surgimento das democracias modernas, pois ali encontram-se: participação aberta, princípio eletivo, alternância governamental e discussão pública (ARTIFONI, 2006, p. 30), além da clara consciência de que esse tipo de governo ou de regime constituía um bem a ser defendido e aperfeiçoado pelo empenho coletivo de seus cidadãos.

## **2. Participação política: entre as sociedades de *popolo* e as corporações**

A despeito de todas as discrepâncias historiográficas vistas acima, parece haver acordo em, pelo menos, dois pontos: em primeiro lugar, a participação política nas comunas italianas dependia da integração de grupos e indivíduos aos órgãos governamentais ou às instâncias legislativas: em outras palavras, não seria possível fazer política sem incorporar-se ao Estado. Em segundo lugar, a participação política teria aumentado e melhorado muito desde que o regime de *popolo* assumiu o controle das comunas, a partir de 1250, em grande parte das cidades centro-setentrionais da península. Philip Jones é o único, dentre os citados, a retirar do *popolo* uma efetiva capacidade de mudar as práticas políticas, pois a brevidade e a instabilidade do movimento teriam impedido que ele representasse uma ruptura com a tradição oligárquica e com a sua prática política.

Quanto aos demais autores, o desacordo começa no momento de explicar como o *popolo* faz política: Lane e Najemy, no campo da língua inglesa, entendem o *popolo* como uma organização social intrinsecamente aliada às corporações de ofício – ou guildas, como chamam –, enquanto Milani e Artifoni (sobretudo este último) percebem e defendem que a política do *popolo* independe das corporações, pois possui meios de intervenção autônomos e prévios em relação a elas. Essas diferenças nos obrigam a discutir, em primeiro lugar, os meios de ação política do *popolo*, para,



depois, explicar como é que as corporações e as associações profissionais, que são organizações civis de defesa de interesses privados ou de classe, assumiram um papel preponderantemente político e governativo. Por questão de brevidade e para manter um certo comparatismo, vou me limitar às considerações de Artifoni e Najemy porque me parecem sintetizar as duas tendências acima descritas e dar uma resposta a elas.

Como dito, Artifoni relaciona o aumento da participação política nas comunas ao advento do regime de *podestà* (c. 1200) e, principalmente, o do *popolo* (c. 1250). Em ambos os regimes, importou sobremaneira o que ele chama de “duas revoluções da escrita”: a primeira marcou a passagem dos “costumes orais” ao “escrito” e materializou-se na prática de redação dos estatutos comunais da época dos *podestà*; a segunda revolução ocorreu na segunda metade do século XIII, com a afirmação dos governos populares, cuja máquina administrativa mais complexa exigiu que os documentos escritos respaldassem todas as práticas de gestão e prestação de contas (ARTIFONI, 2006, p. 26). Essa proliferação e rotinização do escrito teria definido, para Artifoni, a elaboração de uma cultura política republicana, nesse caso, principalmente nas comunas populares, haja vista que uma maior diversidade de setores e interesses envolvidos no governo necessitava de uma política de maior pluralidade de representação.

Em outro de seus artigos, Artifoni (2003, p. 3) assegura que os governos populares acarretaram uma “ruptura” na história política das comunas, pois o poder, antes entendido como capacidade de constranger e dominar, condicionou-se aos limites republicanos que enfatizavam o “governo”, não o domínio. Artifoni enxerga, portanto, uma oposição entre duas culturas políticas: aquela cavaleiresco-aristocrática, em que poder é domínio, e a republicana, em que poder é atividade política realizada pelas vias institucionais (ARTIFONI, 2003, p. 5). Mas, o que seriam essas vias?

A resposta a essa pergunta já nos encaminha para entendermos o ponto da divergência entre Artifoni e Najemy; para o autor italiano, o *popolo* é o resultado de uma verdadeira política de base, no interior de pequenos grupos que funcionavam como pequenos fóruns de discussão e negociação chamados de *societates populi* (ARTIFONI, 1990; 2003); essas sociedades organizavam-se por bairros e zonas específicas da cidade (*rione*, *quartiere* ou *sestiere*) ou também por áreas ainda menores, amiúde chamadas de *gonfaloni* (bandeiras). O termo *gonfalone* remete para a função de milícia que também os populares reivindicavam para si em suas zonas de habita-

ção e influência, o que permite entender que a população não aristocrática organizava-se para, em primeiro lugar, contrapor-se politicamente aos aristocratas e, em segundo lugar, para defender seus interesses locais e projetos políticos para a cidade. Portanto, as vias institucionais correspondem ao modo deliberativo, colegial e participativo com que o *popolo* se organizava e fazia pressão política. Como dito, não é a força ou a violência o que caracteriza essa cultura política, mas a fala pública, o discurso de assembleia, o exercício da argumentação que se tornou o instrumento pelo qual o republicanismo antigo foi, de certo modo, recuperado, ainda que adaptado, pelo *popolo* comunal.

Nisso tudo, as corporações de ofício tiveram um papel bastante marginal e, com algumas exceções, não foram absolutamente responsáveis pela emergência do *popolo*: é o que teria acontecido nas comunas do Piemonte (Alba, Asti e Chieri) e da Ligúria (sobretudo Gênova), onde predominou a organização territorial dos bairros, e as corporações detiveram funções puramente econômicas (ARTIFONI, 1990, p. 395); em Pádua, no Vêneto, aconteceu a mesma coisa, porém, em vários momentos, as corporações tentaram assumir funções políticas, só que em concorrência e oposição ao *popolo*, sinal claro, para Artifoni, de que *popolo* e corporação, em Pádua, não podiam ser sinônimos (ARTIFONI, 1990, p. 396). Em Perugia, ao contrário, aconteceu a fusão das duas entidades, em 1260, quando os *Ordinamenta Populi* puseram termo às sociedades de bairro e decretaram a destruição dos antigos documentos, indício de que essa fusão não esteve isenta de sérios conflitos (ARTIFONI, 1990, p. 398). Pela análise desses três tipos de comunas, Artifoni sustenta que a identificação entre corporações e *popolo*, mesmo quando ocorreu, não foi natural, contínua e evidente. Ela aconteceu em momentos e lugares específicos e, portanto, não foi uma regra, mas uma exceção. Portanto, a excepcionalidade do caso perugino, e também florentino, não pode ser aplicada ao período comunal de maneira irrestrita.

Quanto a Najemy, sua perspectiva, centrada no caso de Florença, leva-o a tomar por assentada a identificação entre *popolo* e corporações; mais do que isso, Najemy faz notar que as corporações foram o núcleo da formação de um pensamento político original, oposto àquele da aristocracia urbano-cavaleiresca, tendo por base a prática profissional dos *guildsmen* (NAJEMY, 2006, p. 35). Para se inserirem na lida política, os homens de negócios, desde 1250, passaram a se recusar a imitar os procedimentos da elite, em nível popular, como ocorria antes nas *societates populi* dos bairros; ao con-

trário, eles articularam-se a partir da rede das guildas (*guild-based popolo* – NAJEMY, 2006, p. 37), nas quais encontraram, na experiência mercantil, em diferentes escalas, os fundamentos de seu agir político. As guildas ensinaram ao *popolo* a necessária negociação dos interesses de classe, a transparência da gestão e a representatividade que, depois, foram aplicadas pelos governos populares quando estes, por quatro vezes (1266-1267, 1282-1283, 1292-1293, 1343), assumiram a gestão da comuna florentina.

Ao circunscrever o *popolo* ao campo operacional das guildas, Najemy não ignora os antecedentes das companhias (ou sociedades) de armas, já apreciadas por Artifoni, ou a força secular e capilarizada da elite, como definiu Nicola Ottokar (1926); sua preferência pela ênfase ao corporativismo do *popolo* decorre, ao meu ver, de uma tomada de posição historiográfica que o obrigou a manter-se distante das conclusões que, na esteira de Ottokar, definiram o que Najemy chamou de “ortodoxia historiográfica” do passado político de Florença e que teve em Philip Jones, Sergio Bertelli e Dale Kent seus grandes defensores (NAJEMY, 1991, p. 273).

Esta “ortodoxia” vem, assim, resumida: a matéria-prima da política (florentina) eram os laços pessoais-patronais, próprios do espectro senhorial-cavaleiresco das grandes famílias encitadinadas, e das obrigações que os clientes dessas famílias deviam prestar às mesmas; isso quer dizer que a política comunal reduzia-se à política do antigo patronato, o que fazia com que a elite fosse a única força social capaz de converter a “potência do patronato” em “poder político”, ao organizar e gerir os laços pessoais (NAJEMY, 1991, p. 272). E já que, como dito antes, o *popolo* não era mais do que um outro grupo aristocrático, a participação política no terreno do governo (em Florença) ficaria restrita aos detentores da ideologia cavaleiresca que impediam a emergência de um verdadeiro sistema republicano ou democrático.

Ao refutar essa ortodoxia, Najemy não põe em causa o quanto a aristocracia terratenente encitadinada era forte e o quanto os laços pessoais e patronais eram estratégicos no jogo político da elite; porém, ele adverte que tal situação não pode ser tomada como a substância da política florentina. Como afirma, se a elite fosse a única força social, ela não teria sofrido contestação; mas o que se vê, desde o século XIII, é que a elite era continuamente confrontada, o que significa que havia, sim, alternativa ao poder e esta alternativa, tanto quanto a autoria das críticas, era reivindicada pelo *popolo*. Este propunha, como saída, um programa de governo republicano

assentado na ideologia do bom cidadão e, a partir dessa base, tomava medidas, às vezes duras, para neutralizar e até atacar “o poder e os privilégios da elite de um modo que as grandes famílias nunca esqueceram ou perdoaram” (NAJEMY, 1991, p. 274).

Esse republicanismo mercantil, gestado nas guildas por oposição à elite, alcançou diversos êxitos, ainda que o *popolo*, por poucas vezes, tenha conseguido assumir o poder. Najemy, portanto, valoriza mais a força persuasiva da ideologia republicana que, num arco de 150 anos, influenciou e até revolucionou a cultura política da elite; os *guildsmen* conseguiram convencer até os aristocratas de que ser um bom comerciante era um forte requisito para se tornar um bom político. Ao afirmar valores republicanos, os membros do *popolo* injetaram no sistema político florentino as noções de consentimento, representação, confiança pública no exercício dos cargos políticos, supremacia da lei e poder como delegação (NAJEMY, 1991, p. 278), noções que podem ser vistas como idealizações, mas que acabaram por modificar o modo com que Florença era governada, seja pela elite, seja pelo *popolo*.

### **3. Conclusão: participação política e bem comum**

O pórtico de San Zeno tornava público que uma comuna era a cidade que assumiu o autogoverno e que equilibrava suas forças sociais integrando-as, minimamente, ao sistema administrativo e aos espaços de deliberação. *Milites* e *pedites* eram as duas faces de uma mesma moeda. Por um lado, podemos vê-las em confronto, já que, em campos aparentemente opostos, marcham armadas, uma contra a outra. Por outro lado, podemos vê-las também em integração, pois, tendo o patrono ao centro, marcham em sua direção, como defensoras de um mesmo bem: o *bem do comum*. A historiografia citada escolheu olhar para a face do confronto, real ou ideológico, e parece ter ignorado a outra face, a da integração.

No caso de Artifoni, creio que a razão resida em duas persistentes tendências de sua obra: a primeira refere-se a uma interpretação evolutiva ou evolucionista da política que entende que o governo popular, porque não nobiliárquico, era menos violento, e o nobiliárquico, porque cavaleiresco, era mais violento: maus cavaleiros e bons cidadãos, uma história política de vilões e de mocinhos; a segunda tendência encara as comunas isoladas das igrejas que as viram nascer: Artifoni parece construir um movimento comunal inteiramente secular ou laico a fim de apresentá-lo como uma ex-

pressão do político compatível com o debate atual. Quanto à primeira tendência de Artifoni, não posso dizer que John Najemy concorde com tudo, mas chama a atenção que ele, ao ressaltar as marcas que o *popolo* deixou na cultura política da elite, particularize a lenta desmilitarização dessa última, ocorrida entre 1250 e 1450, o que fez com que a imagem da elite, ao final do período, não fosse mais a do grande cavaleiro, mas a do grande mercador (NAJEMY, 1991, p. 277). Quanto à segunda tendência, Najemy leva em conta o hibridismo civil-religioso do movimento comunal, embora não explore suas principais implicações; no entanto, o republicanismo que daí desponta parece excessivamente romano, “antigo”, o que pode significar que o “religioso” das comunas cristãs (sublinho “cristãs”) seja uma atualização da “religião cívica” da Roma pagã.

Correndo o risco de ser injusto, penso que os autores elencados concebem a tradição republicana experimentada pelas comunas como algo extrínseco a elas, uma importação da Antiguidade pré-cristã. Porque descon sideraram a possibilidade de se pensar o bem comum (a coisa pública) para além dessa matriz (ou grade?) antiga, os autores talvez não aceitassem que, no tímpano do *magister* Nicholaus, em San Zenò, é o próprio santo, como metáfora da cidade, de sua fé e de sua continuidade no tempo e no espaço, quem encarna a república, sem necessidade de uma evocação necessariamente teórica do conceito republicano.

Mas, quem estaria disposto a propor um republicanismo eclesial? O turista que hoje visita a antiga comuna de Barga, na Toscana, certamente fica impressionado com a sua curiosa catedral, o *Duomo di San Cristoforo*, erguida aos poucos, entre o ano 1000 e 1200; a maior parte da construção deu-se em época de fome e de instabilidade social. Esse turista poderia se perguntar como é que, em tempo de fome, uma cidade pobre e pequena pretendeu erguer uma catedral tão grande?; talvez pensasse que os barguianos “medievais”, sendo eles fanáticos religiosos, fizeram o templo para invocar as bênçãos do céu a fim de livrá-los do sofrimento. Porém, logo ali, novamente sobre uma porta de igreja, ele verá, inscrita na pedra, uma placa com os versos do poeta Giovanni Pascoli (1885-1912) que ali viveu e coletou memórias ancestrais da cidade:

*... em tempos imemoriais, perto do Mil, os barguianos andavam pelos campos a catar castanhas, e fizeram o Duomo. Diziam: na minha casa, que eu pule de uma trave a outra, bendita liberdade!*

*Porém, o Duomo há de ser grande, com o mais belo púlpito de mármore que se possa ver, e com o santo mais forte. Diziam: “Piccolo il mio, grande il nostro”.* (Tradução livre)

A comuna de Barga, que ergueu a catedral, a sua “casa” (*domus/duomo*), dá mostras de conhecer um republicanismo não teórico e muito menos filosófico, como Pascoli já notava no texto que deu origem à lápide do campanário: “Por aquele tempo, havia república também em Barga. E conservou-se. Ou não é um grande exemplo este? Não só para a Itália, mas para o mundo?” (PASCOLI, 1914, p. 311). Nos momentos em que, por carestia, a tendência é cada um reter para si o que deve ser de todos, erguer a catedral podia servir de exercício para a partilha dos bens e para a comunhão na adversidade e, depois, na fortuna: “comunhão”, *communio*, era um dos nomes da comuna. O duomo de Barga comporta, pois, um republicanismo local, de face a face, retirado do suor e da privação que, ali, certamente fariam mais sentido do que os discursos de Cícero ou os silogismos de Aristóteles. *Grande o nosso!* Erguer a catedral e construir a república, dois atos num mesmo espírito. A partilha do pão é certamente uma proposta da fé, não da política, porém, que proposta política!

## Referências bibliográficas

- ARTIFONI, Enrico. Republicanesimo comunale e democrazia moderna (in margine a Giovanni Villani, IV, 10: “Sapereguidare e reggerelanostra repubblica secondo la politica”). *Bollettino Roncioniano*, Prato, v. 6, p. 11-34, 2006.
- COLEMAN, Edward. Cities and communes. In: ABULAFIA, David (org.). *Italy in the Central Middle Ages, 1000-1300*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 27-57.
- GILLI, Patrick. As fontes do espaço político. Técnicas eleitorais e práticas deliberativas nas cidades italianas (séc. XII-XIV). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 91-106, 2010.
- JONES, Philip. *The Italian city-state: from commune to signoria*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- LANE, Frederic C. At the roots of republicanism. *The American Historical Review*, Bloomington, v. LXXI, n. 2, p. 403-420, jan. 1966.
- MAIRE VIGUEUR, Jean-Claude. *Cavalieri e cittadini*. Guerra, conflitti e società nell’Italia comunale. Bologna: Il Mulino, 2004.
- MILANI, Giuliano. Partecipare al commune: inclusione, esclusione, democra-

zia. *Bollettino Roncioniano*, Prato, v. 6, p. 35-49, 2006.

NAJEMY, John. Guild republicanism in Trecento Florence: the successes and ultimate of Corporate Politics. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 84, n. 1, p. 53-71, 1979.

\_\_\_\_\_. Brunetto Latini's "Politica". *Dante Studies* (with the Annual Report of the Dante Society), Baltimore, n. 112, p. 33-51, 1994.

\_\_\_\_\_. *A History of Florence, 1200-1575*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

OTTOKAR, Nicola. *Il Comunedì Firenze alla fine del dugoento*. Florença: Vallecchi, 1926.

PASCOLI, Giovanni. *Pensieri e discorsi*, MDCCCXCV-MCMVI. 2. ed. Bolonha: Nicola Zanichelli Editore, 1914.

## Notas

<sup>1</sup> O pórtico de San Zeno pode ser visto no seguinte sítio eletrônico: [https://it.wikipedia.org/wiki/File:Basilica\\_di\\_san\\_zeno\\_protiroo\\_lunetta\\_di\\_nicholaus\\_san\\_zeno\\_riceve\\_l%27omaggio\\_della\\_citt%3%A0\\_02.JPG](https://it.wikipedia.org/wiki/File:Basilica_di_san_zeno_protiroo_lunetta_di_nicholaus_san_zeno_riceve_l%27omaggio_della_citt%3%A0_02.JPG) [acesso 19/06/2018].

<sup>2</sup> A questão vem assim resumida: “Do século XII ao XVI, o aspecto que mais distinguia a sociedade italiana das de outras regiões da Europa era a extensão pela qual os homens eram capazes de tomar parte, em grande medida através da persuasão, na determinação das leis e nas decisões governamentais de suas vidas cotidianas. O republicanismo não era um produto de classe, embora o crescimento comercial tenha sido um pré-requisito para o seu desenvolvimento. Este republicanismo fortaleceu e também foi fortalecido pelos esforços de reavivar a antiguidade clássica e os valores conectados com o seu humanismo” (LANE, 1966, p. 417).

<sup>3</sup> “Al tempo dei tempi, poco dopo il mille, i barghigiani campavano rosicchiando castagne, e fecero il Duomo. Dicevano: In casa mia ch'io salti anche da un travicello all'altro; benedetta libertà! Ma il duomo ha da essere grande, col più bel pulpito di marmo che si possa vedere. Dicevano: Piccolo il mio, grande il nostro”. Preferi não traduzir o período final, “pequeno o meu, grande o nosso”, pois creio que seu sentido é facilmente compreensível e, além disso, parece-me que a tradução tiraria um pouco da beleza da passagem. A inscrição pode ser visualizada no sítio eletrônico: <http://www.terrestorie.com/posti/barga/barga.htm> [acesso 06/07/2018].